

A POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA DE 2003 A 2010 E A PROPOSTA DA INTEGRAÇÃO DO ENSINO MÉDIO AO PROFISSIONAL

Justino de Sousa Junior – Universidade Federal do Ceará

e-mail: justinojr66@yahoo.com.br

Resumo: O presente artigo se constitui de uma análise dos aspectos mais determinantes da política educacional brasileira do período de 2003 a 2010, assim como do modo como se articula com a política econômica e o projeto político mais geral dos governos do presidente Lula da Silva à frente do executivo federal brasileiro. Com base nessa análise e tendo como referência a noção de formação integrada de Marx, pretende-se contribuir com o debate sobre o real significado da proposta de integração do ensino médio ao ensino profissional, surgida no segundo mandato de Lula da Silva.

Governo Lula da Silva

Política educacional brasileira

Ensino médio integrado

Este artigo pretende contribuir com o debate sobre a proposta de integração do ensino médio à educação profissional a partir de considerações sobre a política educacional brasileira desenvolvida entre os anos de 2003 a 2010.

A questão central que se coloca é saber se o conjunto das políticas dos governos Lula da Silva (2003-2006 e 2007-2010) tem, de fato, a perspectiva de sustentar a integração plena das dimensões historicamente separadas do ensino geral com o ensino profissional, sinalizando efetivamente a superação da dualidade da educação?

A ideia de integração é fundamental na definição das propostas dos trabalhadores para a educação, pois a grande questão que se colocou desde Marx - por que não dizer desde Owen? - era justamente a luta contra o embrutecimento, a aniquilação, o flagelo intelectual, moral e físico dos trabalhadores impostos pelas condições de vida e trabalho capitalistas. Desde o socialista utópico de *New Lanark* a união trabalho e ensino surge como uma maneira de tentar resgatar o trabalhador, na medida do possível, da desumanização do trabalho.

Em Marx essa ideia de integração se aperfeiçoa quando passa a se definir pela articulação de três elementos fundamentais: o trabalho, a práxis político-educativa e a escola. A formação dos trabalhadores é vista por Marx como um processo de desumanização provocado pela divisão social e técnica do trabalho capitalista e pelo conjunto das relações alienadas/estranhadas. Esse processo, contudo, não é monolítico, mas pleno de contradições e dele se podem extrair ricos elementos para a formação dos trabalhadores.

A formação construída no trabalho, porém, não dá conta de toda a necessidade de formação dos trabalhadores, então precisa se articular com os elementos da práxis político-educativa, a qual se constitui nos processos de autoformação dos trabalhadores em seus estudos, suas organizações, suas ações políticas, etc. Essa formação se articula diretamente com o processo formativo do/no trabalho, mas não se reduz a ele. A formação desenvolvida na práxis político-educativa é imprescindível, pois é o momento da formação autônoma das classes trabalhadoras, inteiramente definido segundo seus interesses: os conteúdos, os métodos, a didática, as estratégias de ensino, a divisão do trabalho, a organização dos tempos, etc.

A escola se constitui no espaço de formação cuja positividade reside na instrução de base, na alfabetização inicial, na socialização do saber geral acumulado relacionado aos fundamentos das ciências, à matemática, às línguas, às literaturas, etc. A escola é um espaço de formação e instrução essencialmente classista, mas que tem uma contribuição no processo da formação dos trabalhadores, apesar do seu papel ideológico vinculado aos interesses predominantes da reprodução social.

A articulação entre esses elementos é a grande contribuição de Marx para a educação, é nessa articulação que reside, portanto, o vigor da ideia marxiana de integração. Mais até do que a ideia de integração presente na proposta de união trabalho e ensino e na proposta de politecnicidade ou ensino tecnológico¹, ambas muito importantes, mas definidas majoritariamente (porém, não exclusivamente) por um caráter de ordem tática para o enfrentamento imediato, enquanto no outro caso se coloca um princípio teórico, uma determinação metodológica, uma decisiva fundamentação para o pensamento educacional emancipacionista.

¹ A respeito do debate em torno dos termos politecnicidade ou ensino tecnológico, ver MANACORDA (1991), SAVIANI (2006), NOSELLA (2006), SOUSA Jr (2009, 2010).

A proposta de união trabalho e ensino é colocada, basicamente, a partir da constatação de que com a ausência de instrução e com a pesadíssima carga de trabalho manual, rotineiro e estafante os trabalhadores passavam por um processo de formação (de caráter negativo, obviamente) que os aniquilava e obstaculizava seu desenvolvimento. A proposta de politecnia, do mesmo modo, com sua pretensão de articular os fundamentos tecnológicos do trabalho, a educação geral e os exercícios físicos ou militares representava uma tentativa de enfrentar os processos de formação de natureza alienados/estranhados. Marx afirmava o potencial explosivo dessas propostas a partir da expectativa de que elas poderiam desencadear, isto é, na medida em que favoreciam o melhoramento das condições gerais dos trabalhadores, mas tinha convicção de que a noção de integração precisaria ultrapassar as dimensões institucionais do trabalho e da instrução. Colocando noutros termos: a noção de integração das propostas de politecnia e união trabalho e ensino é limitada (porém, nunca desimportante ou desnecessária) enquanto se restringem ao momento do trabalho alienado e à instrução institucional, ou seja, até que essa formação integrada se articule à verdadeira integração das dimensões fundamentais e necessárias para a formação do sujeito social efetivamente revolucionário no sentido mais amplo dos espaços e processos de formação do trabalho, da práxis político-educativa e da escola.

Ora, a ideia de integração presente na concepção de politecnia em Marx ou na concepção de escola unitária em Gramsci são propostas elaboradas na perspectiva da formação do sujeito social efetivamente revolucionário, mas essa formação apenas se torna possível num conjunto mais amplo de espaços e processos de formação - só assim a integração da politecnia e da proposta de união trabalho e ensino adquirem sentido.

Contrariamente à ideia de integração presente na tradição marxista, a escola moderna está baseada na radical separação, como imagem e semelhança da ordem social capitalista em geral, das dimensões intelectual e manual. Já o desenvolvimento dos indivíduos, sua formação na sociedade capitalista está intimamente associada ao modo como se localizam no interior da divisão das classes ou frente aos meios de produção, ao modo como assumem determinadas funções nos processos de trabalho, se funções de controle ou subalternas, de planejamento ou execução, se predominantemente manuais ou intelectuais, dentre outros aspectos.

Assim, estabelecendo o problema muito genericamente, os sistemas de educação seguiram fortalecendo as tendências postas com a divisão social do trabalho, ou seja, formação intelectual para as classes dominantes, cuja relação com o trabalho é de comando e formação prática para os trabalhadores, diretamente implicados na instrumentalização da produção, na operacionalização de tarefas manuais, no manejo dos instrumentos de trabalho, das máquinas etc.

Na melhor das hipóteses, isto é, quando a escola liberal-burguesa avança na tentativa de aproximação ou integração das duas dimensões, a própria realidade social, o conjunto das relações, cujos elementos de formação são anteriores e determinantes em relação aos da escolarização (MÉSZÁROS, 2005), atua no sentido de fazer valer os imperativos de formação do metabolismo social, cujo fundamento é a mercadoria, essencialmente fragmentados, alienados/estranhados, tornando os esforços da escolarização residuais e em oposição desigual com os imperativos predominantes. Essa oposição, obviamente, ainda que desigual, pode ser um passo na construção dos tensionamentos contra as determinações do trabalho e da vida social alienados/estranhados. Essa última observação pretende afirmar que as críticas desenvolvidas não pretendem negar o debate em torno das possibilidades dos avanços por dentro das velhas estruturas, sobretudo escolares, mas apenas afirmar suas limitações.

Pretendemos, então, verificar se o ensino médio integrado do governo Lula da Silva: i) caminha efetivamente na direção de oferecer aos trabalhadores uma formação que os fortaleça contra as iniquidades dos processos de formação do capital; ii) se, ao menos pretende indica-la, abrindo possibilidades de tensionamentos importantes; iii) ou, ainda, se, contrariamente, a integração proposta tende a se perder diante da ausência de um esforço fundamental de consolidação sequer de um sistema de educação universal público e gratuito minimamente próximo dos princípios – que seja - liberal-burgueses.

A análise da proposta de ensino médio integrado remete imediatamente ao debate em torno dos Decretos Presidenciais 2.208/97 e 5.154/04. Com efeito, a revogação do Decreto de FHC, que separava o ensino médio regular da educação profissional foi alvo de inúmeras críticas dos educadores do campo crítico justamente porque ia de encontro às melhores propostas de integração, enfim, porque representava a própria desintegração da formação.

Articulada a essa questão estava a expectativa, referente à educação profissional, de que Lula da Silva estabelecesse mecanismos de controle público sobre a atuação do “Sistema S”, regulamentando seu funcionamento, submetendo suas iniciativas aos interesses públicos e impondo transparência na utilização dos recursos.

De início, ainda em 2003, no primeiro ano de governo Lula da Silva, evidenciou-se a força do setor privado na queda de braço em torno da educação profissional. A batalha foi perdida muito cedo devido à organização do setor privado e sua ascendência sobre o governo.

De tal maneira que com Lula da Silva viria a se confirmar a preponderância do setor privado com todas as consequências que isso traz: “em 1999, 25% da educação profissional eram públicos, enquanto que 75% eram privados e compostos por cursos de curtíssima duração, de nível básico. Já no Censo de 2008 verifica-se o avanço do setor privado controlando 83% das matrículas do nível tecnológico” (GRABOWSKI, apud, FRIGOTTO, p. 15).

Segundo FRIGOTTO, baseado nos estudos de GRABOWSKI, o “Sistema S” mobiliza cerca de R\$ 16 bilhões (dados de 2010) de recursos públicos, somando-se os recolhidos compulsoriamente pelo Estado e a ele repassados e a venda de serviços ao setor público. Isso é mais que a previsão de investimento da União para o FUNDEB; ao custo anual do Bolsa-Família; a todos os investimentos realizados na expansão da rede federal (R\$ 2 bilhões); ao Brasil Profissionalizado (900 milhões); a quatro anos de Projovem (2008-2011: R\$ 5,8 bilhões) e a todos os demais programas no campo da educação e qualificação profissional (FRIGOTTO, 2010, p.15).

Já no caso do Decreto 2.208/97, o problema foi enfrentado em meados de 2004 através da edição de um novo Decreto (5.154/04) resguardando a possibilidade de articulação entre ensino médio e profissional, mas admitindo a existência do modelo anterior. Dessa forma, Lula da Silva descumpriu promessa de campanha, demonstrando uma vez mais sua vigorosa disposição para a conciliação. O resultado foi a frustração dos lutadores pela educação pública que viram sucumbir suas expectativas de avanços no modo conciliador, na saída encontrada através de um método muito questionado que são os Decretos presidenciais, além do próprio conteúdo dúbio da alternativa adotada (Ver a respeito RODRIGUES, J., 2005; FRIGOTTO, CIAVATTA E RAMOS, 2006, entre outros).

Em relação ao financiamento da educação, como já foi demonstrado, no primeiro mandato Lula da Silva constatam-se investimentos inferiores aos realizados na Era FHC. Dos oito anos de Lula da Silva, em apenas dois (2008 e 2009) o percentual do PIB investido em educação superou a marca média de FHC de 4%. Em todos os demais anos esse percentual sequer atingiu 3%².

No período Lula da Silva destaca-se, contudo, a ampliação da obrigatoriedade para o ensino médio, embora só a partir dos quatro anos ([Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009](#)), outro feito considerável. Todavia - de novo a necessidade do enfrentamento da política de ajuste fiscal – corre-se sério risco de haver maior precarização do ensino, uma vez que a nova demanda criada pela EC 59 exige a duplicação dos recursos atuais do Fundo (R\$ 8 bilhões) se se quiser simplesmente manter os níveis atuais de investimento por aluno do FUNDEB.

O comportamento dos governos Lula da Silva perante o problema do ajuste fiscal pode ser um parâmetro para avaliarmos a questão que propomos. Dados referentes ao superávit primário são reveladores nesse sentido: no último ano de governo de FHC ele atingiu R\$ 39 bilhões, ou 3,75% do PIB, após aumentos constantes, saltou para R\$ 118 bilhões em meados de 2008 ou 4,07% do PIB, caindo nos dois últimos anos de governo Lula da Silva para R\$ 64,5 em 2009 ou 2,06% do PIB e R\$ 101,696 bilhões ou 2,78% do PIB em 2010.

Como se pode observar, através dos dados acima, o compromisso de Lula da Silva com a economia de gastos para fazer caixa e remunerar o capital não muda sensivelmente em relação a FHC. Os números mostram que na maior parte da gestão Lula da Silva houve aumento do superávit primário, observando-se, posteriormente, uma queda que não parece representar uma tendência de longo prazo ou ruptura com a lógica anterior, como demonstram outros dados da área econômica, especialmente os relativos ao endividamento.

² Analisando a soma total dos investimentos em MDE no período de 2003 a 2007, PINTO (2009) conclui que “Houve um aumento real das despesas do governo federal com MDE; esse aumento decorreu mais do crescimento do PIB e, por conseguinte, da receita de impostos, do que de uma maior priorização da educação, uma vez que, em relação ao PIB, o crescimento foi pouco superior a 0,1 ponto percentual; a participação das despesas com MDE no gasto total federal ainda é insignificante; há uma clara desproporção entre peso do governo federal na receita de tributos do país e a sua pequena participação no financiamento da educação; houve uma ampliação, em termos reais, nos gastos com ensino superior e profissional; o ritmo do crescimento das despesas não parece condizente com as metas fixadas de expansão do ensino superior e profissional; houve uma queda relativa da participação das despesas com ensino superior, em relação ao total de despesas com MDE, o que mostra um maior comprometimento do MEC com a educação básica, embora ainda tímido”.

Lula da Silva manteve durante parte de seu governo, os mesmos problemas de financiamento da educação existentes na era FHC: em primeiro lugar, a continuação da sangria dos recursos para garantir lucros e rendimentos do grande capital³; depois a estrutura tributária regressiva⁴; e, ainda, a manutenção de uma parte significativa da arrecadação fora da incidência da vinculação de receitas da educação; além disso, durante parte da era Lula mantiveram-se perdas com DRU, CPMF e com o “calote ao FUNDEF”.

O mecanismo que consistiu na ampliação da arrecadação advinda das contribuições sociais relativamente à arrecadação de impostos atingiu sensivelmente o volume dos recursos da educação. Como os recursos vinculados à educação são estritamente provenientes de impostos, o montante arrecado com as contribuições sociais fica de fora do cálculo da receita vinculada. Os impostos representam menos de 50% da arrecadação geral, isso significa que cerca da metade do que se arrecada fica de fora dos cálculos da vinculação de receitas para a educação. Esse mecanismo funcionou de forma agressiva durante os anos 1990, porém sofreu alteração na década posterior⁵. O que não se modificou foi o fato de que a vinculação das receitas continua incidindo sobre uma parte apenas da arrecadação e aí reside uma das principais sugestões para reforçar o financiamento da educação, impossível de ser implantada sob o imperativo do ajuste fiscal: mudança constitucional que aplicasse a vinculação de receitas da educação sobre o total da arrecadação e não apenas sobre impostos.

³ A dívida interna brasileira passou de R\$ 654,3 bilhões (37,4% do PIB) em dezembro de 2002 para R\$ 2.241.465.305.902,35 em janeiro de 2011; já a dívida externa, que somava 210,7 bilhões (41,8% do PIB) em dezembro de 2002, passou a US\$ 357.173.718.481,87 em janeiro de 2011). (Dados de 2011 retirados do site da Auditoria Cidadã: <http://www.divida-auditoriacidada.org.br/>. Outro dado relevante indica que com Lula da Silva as remessas de lucros subiram 277% (ESTADÃO.COM. Remessas de lucros crescem 277% sob Lula. In: http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20100202/not_imp506144.0.php).

⁴ Dados do IPEA indicam que “os 10% mais ricos tem uma carga tributária da ordem de 22,7%, enquanto que os 10% mais pobres tem uma carga tributária da ordem de 32,8% de sua renda”. Se considerarmos apenas a tributação indireta, a carga dos mais pobres é de 29,1%, contra 10,7% dos mais ricos”.

⁵ “Houve, assim, uma sensível reversão na tendência de expansão das receitas de contribuição, que fora superior à da receita de impostos durante toda a década de 1990 e no início da atual. Por outro lado, aumentou consideravelmente o ritmo de expansão das receitas tributárias (impostos e taxas). Para ilustrar tais afirmações: segundo os dados do Tesouro Nacional, enquanto a receita tributária cresceu de R\$ 158,6 bilhões em 1995 para R\$ 181,2 bilhões em 2002, representando somente 14,25% em oito anos, a receita de contribuições cresceu 71,38% no mesmo período, partindo de R\$ 189,7 bilhões em 1995 e chegando a R\$ 325,1 bilhões em 2002” (CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO. Insumos para o debate: Financiamento da educação no governo Lula. Brasil, janeiro de 2009. In: http://arquivo.campanhaeducacao.org.br/publicacoes/financiamento_educ_gov_Lula.pdf (Acessado em 19/02/2009).

Já quanto à DRU (Desvinculação das Receitas da União) ela foi um dos mecanismos usados para retirar recursos da educação. Surgiu como Fundo Social de Emergência, através de Emenda Constitucional (nº 1 de 01/03/1994), aliás, a primeira de muitas cujo objetivo era retirar da Constituição de 1988 o que ela tinha de democrático. A DRU visava a retirar 20% dos recursos destinados à educação através do mecanismo constitucional da vinculação de receitas, daí seu nome. Estima-se que entre 1998 e 2008 as perdas da educação impostas pela DRU⁶ atingiram cerca de R\$ 80 bilhões⁷.

Outro mecanismo que retirou muitos recursos da educação foi o “calote do FUNDEF” para o qual Lula da Silva contribuiu, embora tenha sido criado por FHC. Ele consistia na redução da complementação federal para o Fundo, graças à desconsideração da legislação que definia o valor-aluno-ano. Esse mecanismo gerou uma perda de cerca de R\$ 21 bilhões, entre 1998 e 2004. O quadro abaixo⁸ revela ainda que o percentual da complementação Federal para o Fundo decaiu com Lula da Silva em Relação à FHC:

Ano	998	999	000	001	002	003	004
Calote em R\$ bilhões	,6	,0	,6	,1	,5	,9	,3
Complementação da União em percentual PIB	,68	,78	,87	,27	,84	,33	,70

Conclusão

Se revisitarmos as reivindicações dos lutadores pela educação pública acumuladas no período FHC, verificaremos que no período Lula da Silva houve alguns avanços como a aprovação da lei do piso nacional do magistério ([Lei nº 11.738, de 16](#)

⁶ Destacam-se dois aspectos muito positivos acontecidos na Era Lula, ambos relacionados ao problema em discussão. São eles o fim da CPMF e da DRU. No caso da primeira, cuja extinção foi aprovada em 2007, não sem muita resistência do governo e de seus aliados, sua relação com a educação era no sentido de que seus recursos, por ser ela Contribuição Social, estavam livres da vinculação de receitas; já a DRU significava um importante mecanismo de retirada de recursos da educação. Sua extinção era uma reivindicação antiga dos lutadores da educação pública, por isso foi uma conquista importante. Foi aprovada não sem resistências internas no governo e com a ressalva da retirada gradativa: os 20% virariam 12,5% em 2009, 5% em 2010 até chegar a zero a partir de 2011.

⁷ “Com a DRU, R\$ 80 bi saíram da educação para o pagamento de juros” In: http://www.vermelho.org.br/noticia.php?id_noticia=116839&id_secao=2 (Acessado em 29/04/2011).

⁸ CAMPANHA NACIONAL PELO DIRETO À EDUCAÇÃO: FUNDEF – Política de Financiamento e Descentralização da Educação Brasileira nos Anos 90. Disponível em http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0410324_06_cap_02.pdf

de julho de 2008), o fim da CPMF, da DRU, ampliação da obrigatoriedade do ensino, criação do FUNDEB, expansão das IFES e da educação profissional e aumento nominal dos recursos investidos em educação⁹.

A comparação entre a política educacional de Lula da Silva e a de FHC revela indicadores quantitativos que favorecem largamente ao primeiro, todavia, esses indicadores quantitativos mudam aspectos do panorama educacional, mas, essencialmente, não mudam o fundamento pétreo que é a negação da educação como direito universal, desnecessário para o projeto modernizador dependente.

Essa comparação permite concluir que não há fundamentalmente qualquer sinal de ruptura ou mudança de rumo com a política educacional anterior. As melhorias indicadas tem se dado a partir do velho pressuposto de que o papel preponderante do Estado é assegurar as melhores condições para a reprodução do capital¹⁰, fazendo, inclusive, o importante papel econômico e político de diminuir as desigualdades sociais com políticas compensatórias, utilizando parcela mínima do fundo público¹¹.

⁹ LEHER (2010) faz observações a duas importantes realizações do período Lula da Silva. Primeiro alerta para o fato de que se não estiverem permanentemente atentos e mobilizados os lutadores pela educação pública, os recursos podem facilmente deixar de ser acréscimo para cobrir não improváveis cortes no orçamento da educação. Já quanto aos concursos abertos na expansão da rede federal de ensino tecnológico e superior, lembra que, apesar do enorme volume, ainda não contemplam todo o déficit e que cerca de 70% do corpo docente deverá se aposentar dentro de 5 a 10 anos.

¹⁰ Vejamos alguns dados relativos a esse problema: enquanto ao longo dos oito anos de Lula da Silva o salário mínimo teve um aumento de 57%, só no seu primeiro mandato o empresariado teve um aumento de 400% dos seus lucros (Brasil de Fato 30/07). Enquanto na era FHC os bancos lucraram R\$ 34,3 bilhões, nos dois mandatos de Lula da Silva essas cifras foram elevadas ao patamar dos R\$ 199,4 bilhões, ou seja, algo em torno de 550%. Nos últimos sete anos, o governo gastou 1,27 trilhão de reais apenas com o pagamento de juros da dívida, um volume de recursos oito vezes superior ao que foi aplicado em educação e 10 vezes os investimentos no crescimento do país. Entre 2000 e 2007, período que alcança, portanto, parte do segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso e os primeiros cinco anos de Lula da Silva, o total de gastos da União com saúde, educação e investimento correspondeu a somente 43,8% do total das despesas com juros (dados do IPEA). Apesar de contar com uma população analfabeta de 14,5 milhões de pessoas (dados do PNAD, ano de 2009) e tendo mais da metade dos domicílios sem rede de esgoto o governo destinou 35,57% de seus recursos para amortizar a dívida; já para a educação destinou irrisórios 2,88%, seguidos dos minguados 0,08% para saneamento; para habitação o governo destinou o estrondoso volume de 0,01% (dados do PNAD). Quando se fala em diminuição das desigualdades sociais no Brasil vê-se o aprofundamento do abismo entre capital e trabalho: segundo dados do IPEA, Os 10% mais ricos concentram 75,4% da riqueza do país. Com relação ao problema da estrutura tributária percebe-se a manutenção na Era Lula de uma situação inaceitável em que o fundo público resulta sempre e cada vez mais da contribuição mais intensa dos “de baixo”. Dados do IPEA indicam que “os 10% mais ricos tem uma carga tributária da ordem de 22,7%, enquanto que os 10% mais pobres tem uma carga tributária da ordem de 32,8% de sua renda”. Se considerarmos apenas a tributação indireta, a carga dos mais pobres é de 29,1%, contra 10,7% dos mais ricos”.

¹¹ Essa redução, naturalmente, não observa a relação capital x trabalho, tal como indicado na nota anterior. Os recursos envolvidos no Bolsa-Família, programa determinante dos altos índices de popularidade de Lula da Silva, não ultrapassam 1% dos recursos da União. Os dados de 2011 são reveladores: enquanto o governo projeta gastar R\$ 15,5 bilhões com o Bolsa-Família, os gastos com juros do setor público devem atingir cerca de R\$ 230 bilhões, ou seja, o equivalente a 5,6% PIB. Significa dizer

Daí a importância das parcerias entre a esfera pública e o setor privado e a incorporação de noções e procedimentos próprios do mercado como a pedagogia de resultados, os contratos de gestão ou da avaliação balizada pelo produtivismo.

A política do ensino superior, por exemplo, revela, através do PROUNI, cuja inspiração intelectual parece vir mesmo dos *vouchers* do senhor Milton Friedman, uma clara opção de favorecimento ao setor privado¹² em detrimento do fortalecimento do setor público, de fato como uma boia de salvação do ensino pago, como sugere o título do estudo de LEHER.

Já o REUNI, representa uma expansão real de unidades de ensino, de pessoal, aumento de vagas e do fluxo de alunos, mas os termos dessa expansão são questionáveis. Primeiro, porque seu objetivo precípua é atacar o modelo universitário baseado na articulação indissolúvel de ensino, pesquisa e extensão, segundo o Banco Mundial, caro e inadequado para a periferia capitalista. Segundo, porque incorpora como modelo para a gestão pública um princípio próprio da administração capitalista que é o contrato de gestão.

Em terceiro lugar, porque propõe essa expansão sem oferecer as devidas condições para garantia da qualidade. Aliás, essa é a questão: Lula da Silva, igualmente ao seu antecessor, não é adepto do postulado da expansão do ensino superior público com garantia de qualidade e financiamento público no seu todo. Assim, Lula da Silva até faz a expansão do ensino superior, mas o faz em parte no setor privado utilizando recursos públicos (PROUNI); até faz expansão do setor público, mas só com os recursos

que só os recursos destinados ao pagamento de juros pagariam 15 vezes o Bolsa-Família, que pretende atender cerca de 50 milhões de brasileiros. Por outro lado, a desigualdade entre renda do trabalho e os ganhos de propriedade se mostram superiores que no fim da década de 1980. O principal motor a acelerar essa disparidade são as altas taxas de juros que levam mais água aos moinhos do capital. Marcio Pochmann, por exemplo, afirma que os dados a respeito são incompatíveis com um país civilizado: “nas nações com menor desigualdade, a renda do trabalho varia entre 60% e 70% do PIB e, conseqüentemente, a remuneração da propriedade fica entre 30% e 40%”.

¹² Está em curso desde os últimos anos um intenso processo de mercantilização e desnacionalização do ensino no Brasil e a educação vira, cada vez mais, um grande negócio: “em 12 de julho, a Abril Educação comprou o Anglo, um dos mais tradicionais grupos de educação do país. Um mês depois, o fundo de private equity (de investimentos em outras empresas) BR Investimentos adquiriu parte da Abril Educação por 226,2 milhões de reais. No último dia 22, foi a vez da britânica Pearson assumir o controle do Sistema Educacional Brasileiro (SEB), dono do COC, Pueri Domus e Dom Bosco. Na semana passada, a empresa de participações Buffalo Investimentos anunciou a aquisição da operação de apostilas e treinamento de professores do Universitário (...) A Hoper Consultoria, especializada em educação, estima que a receita do setor gira em torno de 1 bilhão de reais” (VEJA. Setor de educação atrai grandes negócios. Disponível em <http://veja.abril.com.br/noticia/economia/setor-de-educacao-deve-movimentar-novos-grandes-negocios>)

“possíveis”¹³ e sob a adoção do princípio empresarial privado dos contratos de gestão (REUNI); por último, faz a expansão, mas, para isso, lança mão também do modelo mais festejado pelo Banco Mundial que é a educação a distância. Ou seja, Lula da Silva faz aquilo que FHC almejou, projetou, mas não conseguiu: quebrar a universidade de ensino, pesquisa e extensão e criar a universidade terciária.

Com Lula da Silva, a política educacional se define em função do projeto modernizador de capitalismo dependente, é determinada pelo imperativo do ajuste fiscal e se situa ainda no âmbito da contrarreforma do estado de Bresser Pereira e FHC.

A virtude original dos governos Lula da Silva, sua origem operária se perde na medida em que resolve não disputar:

“um projeto societário antagônico à modernização e ao capitalismo dependente e, portanto, à expansão do capital em nossa sociedade e centrar-se num projeto desenvolvimentista tendo como foco o consumo e, ao estabelecer políticas e programas para a grande massa de desvalidos, harmonizando-as com os interesses da classe dominante (a minoria prepotente) o governo também não disputou um projeto educacional antagônico, no conteúdo, no método e na forma” (FRIGOTTO, op. cit. p. 08).

Seria pouco produtivo, diante do exposto, simplesmente afirmar que, devido ao caráter conciliador e favorável em última instância aos interesses predominantes da reprodução do capital dos governos Lula da Silva, a proposta do ensino médio integrado estaria fadada ao fracasso. Do mesmo modo, parece simplório argumentar de maneira abstrata sobre as possibilidades de disputa hegemônica sem observar o modo concreto como as forças antagônicas se organizam e atuam dentro e em torno do governo Lula da Silva.

É óbvio que qualquer proposta que pretenda integrar dimensões diferentes de formação, recusando o monolitismo, representa avanço. É óbvio também que as questões da educação, como a política em geral, estão permanentemente em disputa.

¹³ Para legitimar outras formas (privadas) de financiamento das IFES, o governo Lula da Silva buscou regulamentar as fundações universitárias de direito privado através das quais as universidades públicas podem obter, elas próprias, recursos no mercado através da venda de serviços. Desse modo, as IFES criam receitas próprias as quais tem aumentado crescentemente seu peso no orçamento das IFES. Para se ter uma ideia dessa importância, estudo aponta que na Fundação Universidade de Brasília a receita própria representa 309% do orçamento de custeio e 622% do orçamento de investimento. (LIMA, 2010).

Portanto, concluir simplesmente que a proposta do ensino médio integrado atual representa mais um momento das disputas também não acrescenta muito.

O fato é que, ao mesmo tempo em que propõe a integração da educação profissional com o ensino regular no nível médio, a política educacional de Lula da Silva se afasta até mesmo dos princípios democrático-burgueses baseados na ideia da garantia do direito universal à educação num sistema de igual qualidade para todos. Estruturalmente, o projeto de educação de Lula da Silva define-se a partir da (e acomoda-se a) condição econômico-política subalterna. Define-se a partir de um processo de reprimarização da economia e da devoção ao capital financeiro (internacional e nacional) e ao setor exportador de *commodities*.

Esse projeto se caracteriza fundamentalmente pela negação da ideia democrática da garantia do direito ao ensino público universal de qualidade para todos. A propósito do PROUNI, mas afirmando uma posição sobre a educação em geral, Lula da Silva afirmou:

“Obviamente que sempre haverá aqueles que vão dizer que o ideal é ter ensino público e gratuito para todo mundo, sempre. Isso pode ser uma tese, porque o Estado nunca vai ter condições de bancar a totalidade. Sempre haverá universidade particular, e o fato de criarmos essa bolsa é dizer claramente o seguinte: estamos fazendo com que, na escola particular, centenas de alunos possam estudar sem pagar um único centavo, que é a mesma obrigação que o Estado tem com aqueles que estão na escola pública federal — afirmou Lula (Jungblut, C. e Damé, L. Lula: Estado nunca terá condições de dar estudo público e gratuito a todos (O Globo, 14-01-2005).

Por isso, das três opções apresentadas no início desse texto concluímos pela terceira: a proposta do ensino médio integrado tende a se perder diante da ausência de um esforço fundamental de consolidação sequer de um sistema de educação universal público e gratuito minimamente próximo dos princípios – que seja - liberal-burgueses.

Referências

ARANTES, P. **Extinção**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010. (Coleção Estado de sítio).

BENJAMIM, C. **O mito do paraíso perdido**. In: http://resistir.info/brasil/c_benjamin_05ago05.html (acessado em 21/08/2005).

BOITO Jr. A burguesia no governo Lula. In: Crítica Marxista, n° 21. Editora Revan, 2005, pp. 52-76.

FRIGOTTOI. G. Balanço de uma década. Mimeo, 2010.

FRIGOTTO, G., CIAVATTA e RAMOS, M. A gênese do decreto 5.154/2004: um debate no contexto controverso da democracia restrita. In: *Trabalho Necessário*. Ano 3, no. 3, 2005 (Disponível em <http://www.uff.br/trabalhonecessario/MMGTN3.htm>. Acesso em 03/03/2006.

INSUMOS PARA O DEBATE: **Financiamento da educação no governo Lula**/Campanha Nacional pelo Direito à Educação – São Paulo: Campanha Nacional pelo Direito à Educação, 2009.

LEHER, R. Educação no governo Lula da Silva: a ruptura que não aconteceu. In: MAGALHÃES, P. de A. et. al (org.). **Os anos Lula** – contribuições para o debate crítico 2003-2010. Rio de Janeiro, Garamond, 2010.

LIMA, Lara C. M. de. O papel da receita própria nas universidades públicas federais para a manutenção e o cumprimento da sua função social: um estudo de caso da Fundação Universidade de Brasília. Monografia – curso de especialização em gestão universitária / FUB, Brasília-DF, junho de 2010.

OLIVEIRA, F. de, BRAGA, R. e RIZEK, C. de. **Hegemonia às avessas** – economia, política e cultura na era da servidão financeira. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010 (Coleção Estado de sítio).

PINTO J. M. R. Financiamento da educação no governo Lula. **RBPAE**, v.25, n.2, p. 323-340, mai./ago. 2009.

SOUSA Jr. Educação, trabalho e práxis: uma contribuição ao debate brasileiro sobre a politecnicidade. In. MENEZES NETO, A. J. [et al.] (orgs.). **Trabalho, política e formação humana** – interlocuções entre Marx e Gramsci. São Paulo: Xamã, 2009. pp. 99-113.

_____. **Marx e a crítica da educação**: da expansão liberal-democrática à crise regressivo-destrutiva do capital. Aparecida-SP: Ideias e Letras, 2010.

SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. Trabalho encomendado pelo GT – Trabalho e educação. **29ª. Reunião anual da ANPED**, Caxambu 2006.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

NOSELLA, P. Trabalho e perspectivas de formação dos trabalhadores: para além da formação politécnica. **I Encontro Internacional de Trabalho e Perspectivas de Formação dos Trabalhadores**. Fortaleza, Universidade Federal do Ceará, 07 a 09 de setembro de 2006.

RODRIGUES, J. Quarenta anos adiante: breves anotações a respeito do novo decreto da educação profissional. In: *Trabalho Necessário*. Ano 3, no. 3, 2005. (Disponível em <http://www.uff.br/trabalhonecessario/Jose%20Rodrigues%20TN3.htm>. Acesso em: 03/03/2006.